

VITIMIZAÇÃO, VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, E OS IMPACTOS DECORRENTES NA REGIÃO BALNEÁRIO MEIA PONTE - GOIÂNIA-GO

VICTIMIZATION, SOCIOECONOMIC VULNERABILITY, AND THE RESULTING IMPACTS IN THE BALNEÁRIO MEIA PONTE REGION - GOIÂNIA-GO

Ana Carolina Borges de Castro Nogueira *

Leonardo Bernardes Melo Cavalcante **

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir a questão da vitimização e da vulnerabilidade socioeconômica, na região do balneário meia-ponte, em Goiânia-GO, aclamando sobre os seus possíveis impactos e, conseqüentemente, as suas projeções. Neste sentido, com intuito de verificar a dimensão do assunto, foi necessário resgatar o estudo acerca de criminalidade e segurança pública, as vulnerabilidades do povo e o impacto do medo. Dentre os instrumentos metodológicos para realização do estudo, o pesquisador optou pela pesquisa de campo, com aplicação de questionário perante essa população específica, não esquivando, com fins de aprofundar o estudo, de mencionar a relevância do que foi escrito por grandes que escreveram sobre o tema. Além disto, é de assertivo valor destacar a importância da política do medo, da segurança pública nas regiões periféricas na cidade de Goiânia-GO, haja vista que a população exige uma solução para os problemas sociais, na qual o principal impacto positivo, a ser objeto de interesse da corporação (PMGO), não é somente a de estar presente, mas sim, é a de garantir que a população se sinta segura e protegida, garantindo a sensação de proteção, principalmente, com a liberdade de ir e vir, de defesa do patrimônio, de integridade física, de que todas essas e outras garantias estejam tuteladas pelo Estado, de forma efetiva. Com tudo isso, pode-se concluir que os dados colecionados, por meio dos questionários aplicados, resgatam à necessidade de uma intervenção com frentes voltadas à aproximação da PMGO à comunidade residente no Balneário Meia-Ponte, para que contribua, em muito, com a garantia de sensação de paz social na região. Por fim, foi possível constatar que os dados apontam para uma alta porcentagem das pessoas que associam que as menores condições financeiras, problemas educacionais e vulnerabilidade econômica estariam mais dispostas ao medo do crime, correspondendo a 72%, bem como apontaram no sentido de que a solução estaria mais voltada ao aumento do número de viaturas fazendo patrulhamento na região (52%) e policiais na rua em horários de pouca movimentação (24%), sendo, esses, os números mais expressivos na questão de soluções, segundo a análise da comunidade local.

Palavras-chave: Vitimização. Vulnerabilidade socioeconômica. Impactos. Balneário meia-ponte.

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the issue of victimization and socioeconomic

*Aluno do Curso pós graduação polícia e segurança pública, Turma Golf, Goiânia-GO, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: carollborges11@gmail.com.

**Professor orientador: Leonardo Bernardes Melo Cavalcanti- Ten Cel PMGO, Comandante do Batalhão de Choque, Doutor pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG, Goiânia-GO, outubro 2023.

vulnerability, in the Meia-Ponte resort region, in Goiânia-GO, highlighting its possible impacts and, consequently, its projections. In this sense, in order to verify the dimension of the subject, it was necessary to revive the study on crime and public security, the vulnerabilities of the people and the impact of fear. Among the methodological instruments to carry out the study, the researcher opted for field research, with the application of a questionnaire to this specific population, without avoiding, in order to deepen the study, to mention the relevance of what was written by great people who wrote about the theme. Furthermore, it is of assertive value to highlight the importance of the policy of fear, of public security in peripheral regions in the city of Goiânia-GO, given that the population demands a solution to social problems, in which the main positive impact, to be object of interest of the corporation (PMGO), is not only to be present, but rather, it is to ensure that the population feels safe and protected, guaranteeing the feeling of protection, mainly, with the freedom to come and go, to defense of property, physical integrity, that all these and other guarantees are effectively protected by the State. With all this, it can be concluded that the data collected, through the questionnaires applied, highlight the need for an intervention with fronts aimed at bringing PMGO closer to the community residing in Balneário Meia-Ponte, so that it contributes greatly to the ensuring a sense of social peace in the region. Finally, it was possible to verify that the data point to a high percentage of people who associate that lower financial conditions, educational problems and economic vulnerability would be more willing to fear crime, corresponding to 72%, as well as pointing out that the The solution would be more focused on increasing the number of vehicles patrolling the region (52%) and police officers on the street at times of low movement (24%), these being the most significant numbers in terms of solutions, according to community analysis local.

Keywords: Victimization. Socioeconomic vulnerability. Impacts. Half-bridge bathhouse.

1 INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre vitimização e vulnerabilidade socioeconômica, pode-se destacar inúmeros deficits relacionados ao tema. A porção da população sujeita às condições sociais de vulnerabilidades, imagina-se, apresenta muitos problemas relacionados a falta de atendimentos voltados para a área da saúde, saneamento básico muitas vezes precário, taxa de escolaridade defasada, baixa renda, dentre outras questões que podem impactar na qualidade de vida. Além disso, estas pessoas, em sua grande maioria, acabam sendo obrigadas a se instalarem em localidades que não apresentam segurança pública de qualidade, o que as deixam vulneráveis à criminalidade violenta. Dentre outras possibilidades, anui-se que esses fatores sejam desencadeadores do pavor do delito, constante.

Caldeira (2000) ressalta em sua literatura que a difusão do medo do crime, acabou incitando pessoas de todos os níveis socioeconômicos a buscarem formas de moradia que fossem mais seguras. Ainda, ao mesmo tempo, que buscassem ser moradias ampliadas, pela proximidade espacial entre ricos e os pobres, sem apresentar um canal que os relacione de modo efetivo, a desigualdade então tornou-se mais explícita e também agressiva. E, nesse

contexto, aumentando a tensão, o medo e até mesmo o ressentimento entre eles, diminuindo a tolerância e praticamente erradicando o interesse pela busca comum de soluções para os problemas urbanos.

Assim argumentado, relata-se, nessa perspectiva, que a criminalidade e o medo do crime são alguns dos principais percalços enfrentados pela população vulnerável socioeconomicamente. Logo, de maneira geral, parte da literatura tende a tratar tais problemas como um único fenômeno, ou a considerá-los automaticamente associados.

No entanto, a criminalidade e medo do crime são fenômenos que podem ocorrer de forma autônoma, ou não. Mesmo podendo existir algum grau de correlação entre ambos, dependendo do grupo social e também do lugar, eles apresentam dinâmicas próprias, além de causas e consequências distintas (TRINDADE e DURANTE, 2019).

Todavia, quando refere-se às políticas de segurança, é notório que quase não existem iniciativas constantes que busquem reduzir as formas de vitimização ora apontadas, como maior intensificação do patrulhamento policial, leis mais severas relacionadas a segurança pública, incentivo à educação, etc. Nesse sentido, contextualizado o presente estudo, busca-se discorrer sobre a vitimização e os graus de vulnerabilidade socioeconômica, assim como os impactos decorrentes de tal problemática, especificamente na região do setor Balneário Meia Ponte, localizada no município de Goiânia, no Estado de Goiás.

O presente projeto se justifica na observância da vulnerabilidade socioeconômica e a vitimização correlacionadas às taxas de criminalidade e descaso público. Enfatizando, especificadamente, a falta de atenção e investigação de casos de vitimização e os graus de vulnerabilidade socioeconômica, relacionados à região do Balneário Meia Ponte.

O estudo, ora apresentado, tem o enfoque em investigar como a vitimização está relacionada com fatores socioeconômicos locais, como renda, educação e acessos à serviços de assistência social e segurança pública de qualidade. E, nesse sentido, torna-se possível analisar se esse determinado grupo social é mais propenso a ser vítima de crime ou não. Além, ainda, de pesquisar sobre a influência socioeconômica nas vidas das pessoas da região do Balneário Meia Ponte. Evidenciando alegações que sustentem o fato de que localidades sociovulneráveis são mais propícias à criminalidade.

O estudo aqui apresentado conduz-se por meio da confecção de uma pesquisa mista de cunho quantitativo e qualitativo, realizada de forma virtual, utilizando-se a plataforma *google forms*. Este, apresentando perguntas específicas relacionadas ao assunto abordado, implementadas entre o dia 15 e 30 de Outubro de 2023. O questionário conteve oito (8) perguntas alternativas, e uma subjetiva aplicadas a população da região Balneário Meia Ponte

em Goiânia – GO.

Desta forma, tal pesquisa busca realizar uma análise correlacionada ao medo do crime comparando a maior ou menor incidência, de acordo com o gênero do entrevistado. Assim, a estrutura deste, será conduzida utilizando-se parâmetros de análise investigativa, afim de construir contextualização dos resultados e discussão, seguido das considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Criminalidade e segurança pública

A violência no Brasil é um fenômeno bastante expressivo que acomete toda a sociedade brasileira. Logo, o Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2020), comenta que em 2018 ocorreram no país quase 60 mil homicídios, correspondendo a uma taxa de quase 28 mil homicídios por cada 100.000 habitantes. Segundo dados do Instituto Igarapé de 2018, mesmo representando a menor taxa em quatro anos, o Brasil ainda ocupava naquele ano a 13ª posição entre os países com maiores taxas de homicídios no mundo (GOUSSINSKY, 2018).

Observa-se que as vítimas de tais homicídios, entretanto, são sobrerrepresentadas em determinados grupos. Homens correspondem a aproximadamente 99% dos indivíduos vítimas de homicídios cometidos por policiais e no que se refere à cor/raça, aproximadamente 79% das vítimas eram pretas e pardas. Ainda comenta-se que, os jovens de 15 a 29 anos, em especial aqueles entre 20 e 24 anos, morrem em maior proporção do que os demais indivíduos de outras faixas etárias (FBSP, 2020).

Sálvia (2018) comenta que, as estatísticas sobre criminalidade sempre tiveram problemas estruturais e de registro, e assim, consequentemente, apresentando baixo nível de confiabilidade entre as próprias instituições policiais e também de cunho judiciário, prejudicando a produção de diagnósticos confiáveis e fidedignos por parte de outras instituições e comprometendo sua legitimidade diante da sociedade.

Entretanto muitas vezes evidencia-se duras críticas levantadas contra segurança pública, por não colocarem esses casos como sendo fatos infelizes e isolados, estes acabam fazendo uma generalização do trabalho policial. E esta representação acaba potencializando o sentimento de insegurança na população, estes que passam a temer a polícia devido críticas contorcidas e ao bombardeio midiático (CALAÇA, 2017).

Teixeira *et al* (2022) comenta ainda que a violência policial tem crescido no Brasil nas últimas décadas, fazendo com que este tema receba cada vez mais atenção da sociedade e dos estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Silva e Costa (2019) complementam

que no estado de Goiás, alguns casos de abusos cometidos por polícias já foram relatados, este fato preocupa e influencia a percepção da comunidade sobre o trabalho da Polícia no estado. Perante isso muitas vezes a população pode acabar sentindo medo tanto dos criminosos quanto da ação policial, que por um mal preparo ou inexperiência acabam realizando condutas errôneas e desrespeitosas com os cidadãos.

Levando tais perspectivas em destaque pode-se constatar o quão importante as ações de segurança pública devem ser realizadas de forma eficaz, profissional e objetiva. Argumenta-se a partir do modelo de segurança pública adotado pelo Brasil está disposto no art. 144 da Constituição Federal apresentando entre seus órgãos três polícias com competência na União, sendo eles: I - polícia federal, II - polícia rodoviária federal e III - polícia ferroviária federal; e duas estaduais IV - polícias civis e V - polícias militares e os corpos de bombeiros militares, estas competências estão descritas nos parágrafos um a seis do dispositivo. Tal modelo está longe de ser o ideal e de atingir as necessidades da sociedade brasileira nos dias atuais no que estabelece à prevenção de crimes e da violência e também ao respeito à cidadania (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, os órgão competentes devem atuar sempre da melhor forma possível garantindo o bem estar do cidadão de bem. Logo, deve exercer o controle da criminalidade, a polícia encarrega-se de transmitir a sensação de segurança aos cidadãos dentro de delimitado território, sendo fundamental que esta tenha a confiança dos cidadãos de que sua atuação está de acordo com a Lei e sem causar receio ou pânico a população (HOLLANDA, 2005).

No ano de 2018, quando foi instituído o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), atribuindo competência à União e estabelecendo atribuições legais a estados, Distrito Federal e municípios. Tal política tem um amplo leque de objetivos no sentido de criar um sistema coordenado de prestação da política (BICHIR; SIMONI; PEREIRA, 2020).

Nesse sentido, (Bichir; Simoni; Pereira, 2020) ainda comentam que o foco das políticas deixou de ser exclusivamente a segurança nacional e a repressão à violência e à criminalidade, passando a considerar outros elementos. Nessa perspectiva observou-se a importância de apontar o SUSP como um esforço de coordenação do Governo Federal para o campo da segurança pública na formulação de políticas, programas e dos planos nacionais, assim como na constituição de sistemas únicos, em que se buscam a integração das diferentes ações entes governamentais e a estruturação de um sistema de transferência de recursos e descentralização.

2.2. Vulnerabilidade Socioeconômica

BOCA (2023) comenta que o sofrimento social, que é vivenciado tanto no plano

individual quanto em âmbito coletivo, e que é tema presente nas discussões das ciências sociais e humanas e tem sido invocado nos debates políticos, especialmente, a aqueles que envolvem as políticas públicas e os novos rumos da sociedade. Este sofrimento está relacionado à perda de qualidade da vida da população em consequência do mal-estar social que é provocado por situações de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir da perspectiva de Comparato (2019) evidencia o capitalismo como um sistema predatório, ao qual avassala o Estado, introduzindo a lógica mercantil do intercâmbio de prestações e retirando ao qual poder e dever de se submeter aos interesses particulares à uma supremacia relacionada ao público, ou bem comum do povo.

Paula, Pereira e Giordani (2023) destacam que um sistema que gera acumulação de riqueza na mesma proporção que produz aumento da pobreza, não sendo difícil constatar a partir disso que a dinâmica do capitalismo contemporâneo apresenta certa imposição de limites insuperáveis a universalização dos ganhos materiais o que reforçou processos de superexploração da força de trabalho que produziram modos de adoecimento e um perfil epidemiológico particular.

Nessa perspectiva Mangini e Nunes (2021) argumentam que o capitalismo que tem produzido sucessivas crises, as quais são apenas uma das partes de sua conflitante dinâmica expansionista e ultrapassam a esfera financeira, já que envolvem tanto valores sociais quanto éticos e humanos, trazendo insegurança em relação ao futuro.

Reich (2022) analisa que as mudanças ocorridas ao longo da história, principalmente, as do mundo do trabalho, que são movidas sob a lógica capitalista, é possível pensar o sofrimento para além da esfera subjetiva e/ou psicológica de cada ser, entendendo-o como um sofrimento de origem social.

Villaça (2021) disserta que em tempos mais recentes, quando a humanidade teve de enfrentar a pandemia da Covid-19, as injustiças ficaram ‘escancaradas’ e o sofrimento se agravou, tendo em vista que as medidas sanitárias adotadas para combater a disseminação do vírus, aliadas a fatores de determinação social, como os de posições de classe social e profissional e os sociopolíticos e culturais, contribuíram para o acirramento das injustiças sociais.

2.3 Impactos do medo do crime

Atualmente a criminalidade e o medo do crime são alguns dos principais problemas enfrentados pela população socioeconômica vulnerável. Nessa perspectiva, de maneira geral a literatura tende a tratar tais problemas como um único fenômeno ou a considerar estes

automaticamente associados. Entretanto, a criminalidade e medo do crime são fenômenos que ocorrem de forma autônoma. Mesmo podendo existir algum grau de correlação entre ambos, dependendo do grupo social e também do lugar, eles apresentam dinâmicas próprias, além de causas e consequências distintas (TRINDADE E DURANTE, 2019).

Santos e Moura (2021) comentam que o perfil da pessoa insegura no Brasil se caracteriza, em grande parte, por serem mulheres, moradores de áreas urbanas e metropolitanas, não brancos, com menor escolaridade e baixa renda per capita. E, a sensação de insegurança seria fortemente afetada pela vitimização direta.

Assim contextualizado, é inegável a importância da formação do Estado, esta focaliza as experiências de vida e as emoções desconstruídas das pessoas envolvidas em situações perigosas que as fazem temer por suas próprias vidas, riscos cada vez mais comuns no Brasil. Assim, o medo que se deve temer é o medo de ser morto ou torturado pelas armas das organizações estatais ou ilegais (ZALUAR, 2019).

Os autores ainda argumentam complementando que não existe apenas um medo a ser considerado na construção da política de segurança pública, que é necessariamente vinculada à saúde. Existem vários medos, como: o dos civis afetados diretamente pelos confrontos armados entre os combatentes; o dos combatentes; o dos moradores das cidades difusamente afetados por sensações advindas dos confrontos entre grupos distintos e da criminalidade urbana comum, isto é, agressões, latrocínios, furtos, assaltos, assassinatos interpessoais, e crimes passionais (ZALUAR, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo da pesquisa

O estudo aqui apresentado será conduzido por meio da confecção de uma pesquisa mista de cunho quantitativo e qualitativo, a ser realizada por meio de aplicação de questionário, com o intuito de aplicar questionários específicos.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa será conduzida e aplicada a população da região Balneário Meia Ponte em Goiânia – GO.

3.3 População amostrada

A construção da análise amostral será realizada por indivíduos adultos, sem especificidade de sexo, moradores da região Balneário Meia Ponte em Goiânia – GO. Os questionários serão aplicados a 25 indivíduos moradores da região mencionada.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Serão incluídos cidadãos moradores adultos (18 – 65+) da região Balneário Meia Ponte em Goiânia – GO que se disponibilizarem a participar da pesquisa durante o período de aplicação do estudo entre 15 e 30 de Outubro de 2023. Os critérios de exclusão serão utilizados quando encontrar cidadãos que não sejam moradores da região Balneário Meia Ponte.

3.5 Instrumentos de coleta

Para a realização das coletas serão utilizados instrumentos virtuais, neste caso a plataforma *Google forms*, o questionário conterá 12 perguntas alternativas e objetivas a serem aplicadas a população da região Balneário Meia Ponte em Goiânia – GO, a ser encaminhada a população alvo, o através de um *link* de acesso.

3.6 Procedimentos de coleta

O encaminhamento do link de acesso será empregado utilizando algumas mídias sociais, como *whatsapp*, *facebook* e *email*, para os participantes que responderão as perguntas via *Google forms*, nesse sentido a coleta será realizada apenas de maneira virtual. essa coleta de dados será realizada de maneira integralmente virtual a toda a região Balneário Meia Ponte em Goiânia – GO. Obstinando aplicar o questionário com intuito de interrogar a comunidade sobre suas opiniões em relação ao medo do crime evidenciado no presente setor citado.

3.7 Processamento e análise de dados

Para a realização da análise dos dados coletados serão construídos balanços e comparativos de dados e de informações. Estas a serem evidencias e agrupadas em tabelas e

projeções gráficas, de modo a facilitar a visualização dos dados e resultados construídos. Dessa forma, os dados serão ainda correlacionados a indícios científicos apresentados em análises bibliográficas, que permitam construir uma discussão criteriosa sobre os dados obtidos.

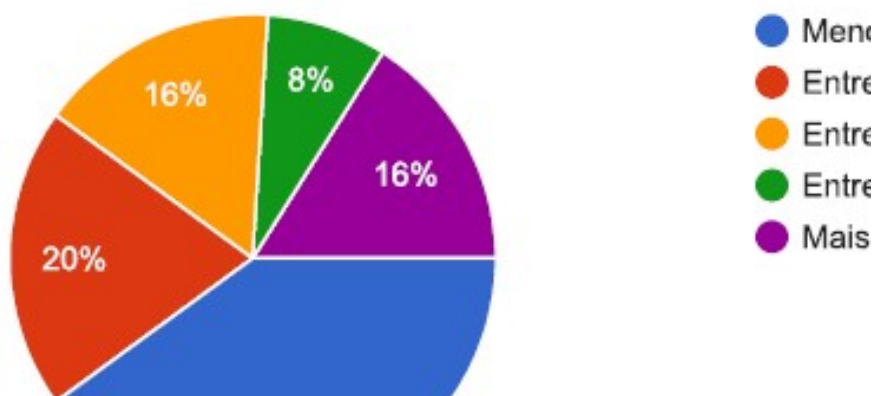
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a elaboração da discussão aqui evidenciada foi aplicado um questionário misto, correlacionando questões objetivas e discursivas, de maneira virtual por meio da ferramenta *Google forms*. Foram coletadas 25 respostas pelos questionários. Estes foram aplicados para indivíduos tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino, sem preferências.

Buscando complementar as respostas objetivas, a inserção de uma questão dissertativa buscou potencializar os resultados da pesquisa. Questão essa que foi disponibilizado ao fim do questionário questionando a população amostral, sobre o que achavam do assunto ou se tinham algo a complementar sobre a temática abordada. A coleta destes depoimentos são elementos essenciais complementares para a análise dos resultados alcançados. Para a descrição e análise dos relatos, os participantes foram enumerados de A1 a A25, de acordo com a ordem cronológica das entrevistas.

Nessa perspectiva, o questionário foi iniciado abordando, primeiramente, a população amostral sobre a quantidade de tempo que os participantes já são residentes da região Balneário Meia Ponte (gráfico 1). De início já pode ser observado que a parcela analisada em sua grande maioria apresenta ser residente da região por pelo menos 5 anos, variando em residentes de 5, 10, 15, 20 e mais de 20 anos (60%). O que indica certa prevalência residencial da população na região.

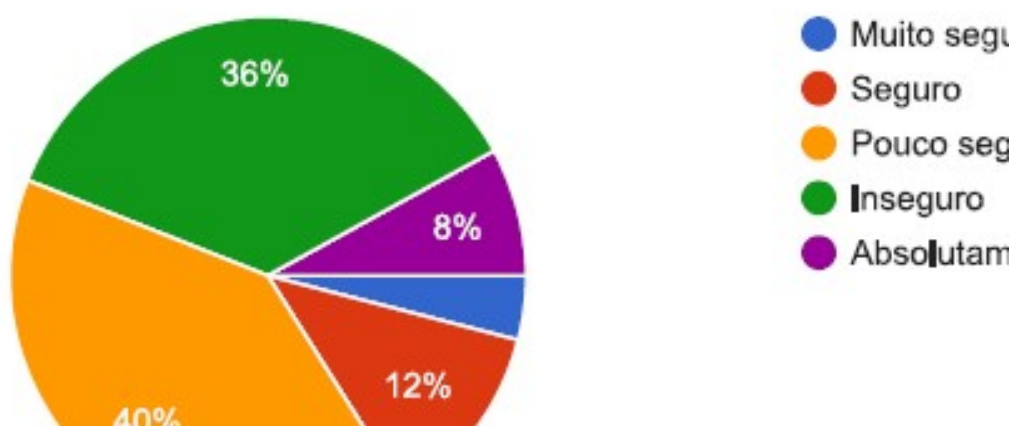
Gráfico 1 – Tempo que reside na região Balneário Meia Ponte:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Quando a população amostral foi questionada sobre o quão seguros estes se sentem residindo na região (gráfico 2), em sua grande maioria relataram não se sentirem seguros. Uma vez que os dados evidenciam que da parcela investigada 40% relatam se sentirem pouco seguros, outros 36% inseguros e 8% absolutamente inseguros, tais percentuais somam um montante de 84%. Somando apenas 16%, estes relatam se sentir seguros ou muito seguros morando na região.

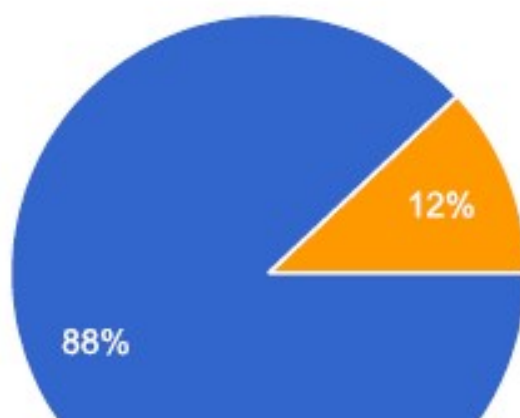
Gráfico 2 – Quão seguro se sente em relação a criminalidade da região Meia Ponte:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Questionados sobre a influencia de fatores externos como déficit de educação e a vulnerabilidade socioeconômica estão mais propícios a se envolver com a criminalidade foram observados através do gráfico 3 que 88% da população amostral concorda com tal alegação outros 12% relatam que talvez influencie, mas interessante relatar que nenhum participante respondeu que tais fatores não colaboram para a criminalidade. Corroborando com o argumento de Santos (2020) que ressalta que é importante ainda destacar o papel formativo da educação, uma vez que indivíduos que foram introduzidos em um processo educacional satisfatório têm maiores chances de conviver em uma sociedade que exige respeito ao direito das outras pessoas. Uma vez que, não se pode afastar o fato de que o investimento público em educação possibilita melhor formação aos professores e servidores da educação, melhores estruturas para receber os alunos e políticas que inibam a evasão escolar.

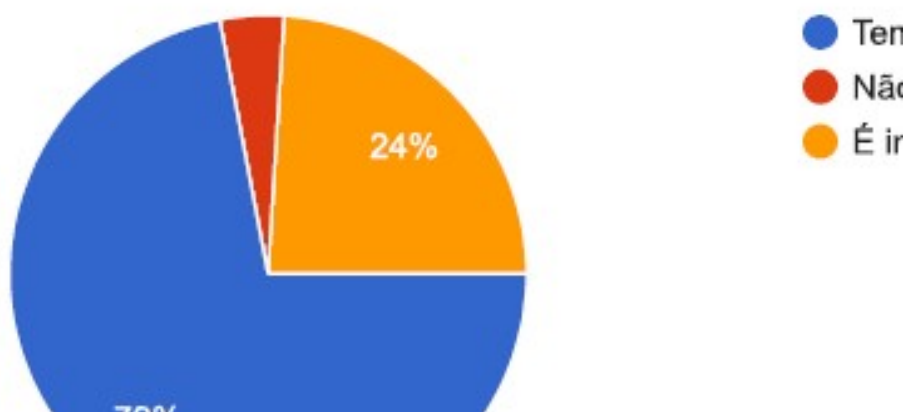
Gráfico 3 – Acredita que pessoas com problemas educacionais e pessoas que apresentam vulnerabilidade socioeconômica estão mais propícios a se envolver com a criminalidade:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Analisando o gráfico 4 é possível averiguar que 72%, compreendendo a grande maioria da população amostral questionada acreditam fielmente que indivíduos que apresentam menores condições financeiras e que apresentam vulnerabilidade econômica estão mais dispostas ao medo do crime.

Gráfico 4 – Pessoas com menores condições financeiras, problemas educacionais e que apresentam vulnerabilidade econômica estão mais dispostas ao medo do crime:



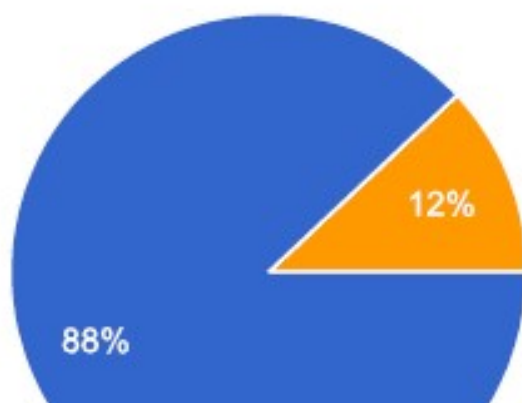
Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

No gráfico 5 pode-se observar que de forma majoritária 88% dos participantes comentam que acreditam que são as mulheres que sofrem mais com o medo do crime do que quando relacionados com pessoas do sexo masculino, importante ressaltar que nenhum percentual da população amostral foi contra a alegação. Mesmo que possa ocorrer em diferentes circunstâncias em distintos cenários e ainda afetar pessoas de ambos os sexos, é a população feminina que apresenta a maior incidência em todas as faixas etárias (SOUSA e SILVA, 2018).

Nesse contexto ainda indaga-se que possa existir um diálogo machista, opressor que pode acabar condicionando o feminino ao domínio e medo do masculino, ou seja, não só agrega ao contemporâneo a perpetuação de uma cultura proveniente do patriarcado, mas põe óbices à construção de novos costumes quanto às relações de gênero, por demonstrar rotineiramente que é natural ser agente num “crime do patriarcado que se sustenta no controle do corpo, da vontade e da capacidade punitiva sobre as mulheres pelos homens, o que acaba construindo nestas um medo constante do crimes realizados por homens (TOMÉ; LOURENÇO E TORRES, 2020).

Mendes e Costa (2018) complementam que há a disseminação de informações sobre segurança pública e criminalidade. Tais notícias, principalmente as que envolvem violência, chegam a todo instante aos cidadãos, e isso contribui de maneira inconsciente para que o medo do crime cresça cada vez mais, impactando negativamente na qualidade de vida de todos.

Gráfico 5 – Acredita que o medo do crime pode ser mais evidenciado na população feminina do que na masculina:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Quando questionados sobre a solução mais viável que possibilitasse uma melhora ou redução do nível do medo do crime no setor (gráfico 6), 52% da população amostral, ou seja, mais da metade dos participantes assinalaram que o aumento do número de viaturas realizando patrulhas seria uma ação eficiente para tal problemática. Em razão do aumento contínuo da violência que permeia todo o território nacional, os campos relacionados à segurança pública têm sido objeto de atenção incessante por parte da sociedade. Por esse motivo, a tarefa realizada pela Polícia Militar tem relevância imprescindível para a população,

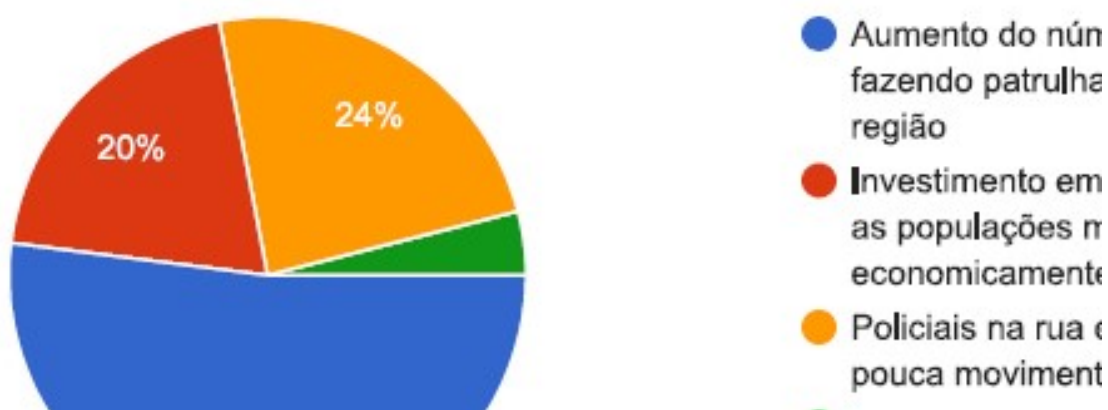
e suas ações são observadas, analisadas e julgadas por todos (SILVA e COSTA, 2019).

Somando 20% da população amostral relatou que investimento em educação para as populações economicamente vulneráveis teria caráter positivo em relação ao percalço. Santos 2020 ressalta sob esta perspectiva que os investimentos públicos em educação, defasados em um período, tem efeito negativo sobre a taxa de criminalidade, indicando que políticas públicas em educação que persistem ao longo do tempo elevam, conforme a literatura, o custo moral dos indivíduos e os inibem de optar pelas ações ilícitas. Colaborando com tais alegações, uma participante ainda relata: *“Meu ponto de vista é que tem que ter investimento em educação, para a população. E também equipamentos de monitoramento para facilitar o trabalho dos policiais”* (A3).

Outra participante complementa: *“As políticas públicas devem estar voltadas a educação”* (A7).

Outros 24%, relataram que policiais na rua em horários de pouca movimentação poderiam corroborar com a redução do medo do crime, e apenas 4% relataram que a implementação de cameras de segurança poderia ajudar.

Gráfico 6 – Qual seria a solução mais viável para a redução do medo do crime em seu setor:

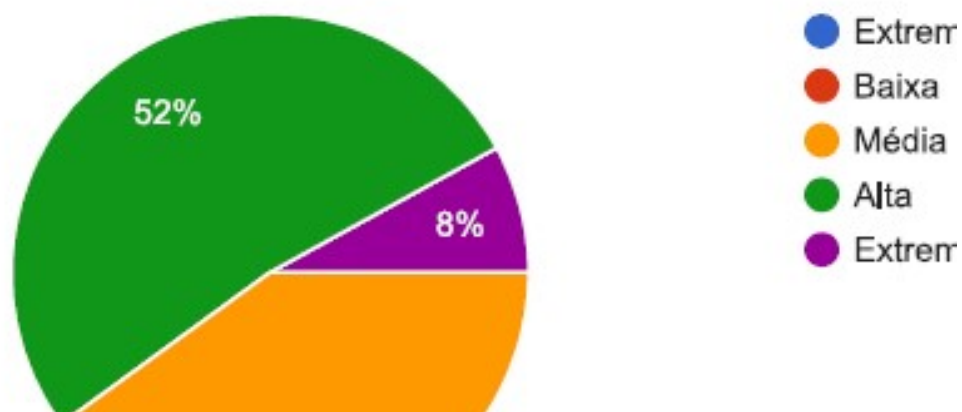


Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Ao analisar os dados relacionados a possibilidade de reação corporal ao crime observa-se que a chance de um indivíduo de sexo masculino de reagir é muito maior do que do indivíduo de sexo feminino. Da amostra populacional é possível observar analisando o gráfico 8 que enquanto os indivíduos de sexo feminino apresentam 92% de chance baixa e extremamente baixa de reação corporal contra um indivíduo suspeito. A população amostral do sexo masculino (gráfico 7) apresentam 60% de chance alta e extremamente alta de reagir.

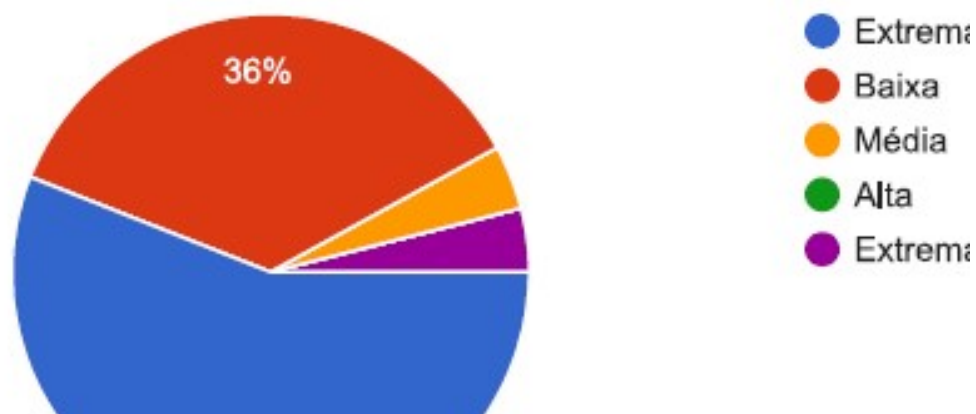
Nenhum dos participantes assinalou a opção de reação baixa ou extremamente baixa para o sexo masculino, representando 100% dos indivíduos tenderiam a apresentar chance média, alta e extremamente alta de reação.

Gráfico 7 – Se um indivíduo do sexo masculino for abordado por um indivíduo criminoso, qual a chance de este reagir com luta corporal:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Gráfico 8 – Se um indivíduo do sexo feminino for abordado por um indivíduo criminoso, qual a chance de este reagir com luta corporal:



Fonte: (Elaborada pelo autor, 2023)

Por fim, fica evidente evidenciar através da análise deste questionário que a população apresenta certo receio e medo da região meia ponte. Uma vez que foi evidenciado, que em sua grande maioria da população amostral demonstram insegurança em relação a criminalidade da região, conforme o gráfico 2 apresenta. Além disso ficou visível a influência que os problemas educacionais e a vulnerabilidade socioeconômica afetam tanto a propensão ao medo do crime, quanto aumentam a tendência à entrada ao mundo do crime (gráficos 3 e 4).

Uma participante colabora dizendo: *“Espero que na minha região a qualidade no quesito segurança, melhore”* (A19).

Estabelecendo ainda perante suas vivências que as mulheres tendem a apresentar muito mais medo do que os homens (gráfico 5). Tal fator pode ser justificado pelos maiores índices de violência doméstica, feminicídio, assédio e violência sexual, na grande maioria das vezes observados em indivíduos do sexo feminino. De forma geral através dos gráficos 7 e 8, também foi observado uma maior possibilidade a reação corporal ao crime advindo do sexo masculino do que do feminino. E por fim observando o gráfico 6 é essencial ressaltar a influência que a segurança pública apresenta na redução do medo do crime, uma vez que mais da metade dos participantes ressaltaram a importância do aumento do patrulhamento policial, seria uma ação eficiente para o enfrentamento de tal problemática. Corroborando com tal análise um participante ressalta: *“Existem várias formas de diminuir a criminalidade e o medo do crime, a curto prazo, seria o aumento de patrulhamento e de viaturas, a longo prazo seria através dos estudos e investimentos em serviços”* (A16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância de se discutir a vitimização, as vulnerabilidades sociais, as sensações de medo coletivos, em especial naquelas áreas periféricas das grandes capitais, evidenciam para a necessidade de medidas, decorrentes de políticas de segurança pública, ainda mais efetivas e direcionadas. É nesse cenário que entender o funcionamento de localidades de modo individualizado, ouvindo os anseios da comunidade, contribui, em muito, para o fortalecimento da ideia de segurança, que vai muito além da mera presença policial.

Deste modo, adequar os métodos de atuação policial nos mais diversos locais da capital, demanda uma intervenção cada vez mais categórica no combate à criminalidade, bem como medidas voltadas à adaptação da polícia comunitária e solidária, que permita um vínculo mais agregador entre o Estado e a população, com fins de assegurar a base de que a presença da polícia seja a razão da segurança, e a noção de que, naquele local, o Estado é atuante.

Com essa análise primária, o estudo se dedicou em ampliar o debate com a população, aplicando questionário com perguntas direcionadas à sensação de medo, inseguranças locais, que são, evidentemente, importantes para permear uma visão ampla de como a comunidade vê e percebe a própria presença do Estado.

Nesse pilar, num primeiro momento, já com base no questionário, foi perguntado

acerca do tempo em que os moradores, entrevistados, residiam na localidade de Balneário Meia-Ponte. Vale ressaltar, sobretudo, que a questão é relevante num panorama de verificação da rotatividade de pessoas, de movimentações em determinada localidade, o funcionamento da sistemática de fluabilidade das pessoas, pois verifica, pontualmente, os moradores mais antigos e os mais modernos. Nesta pesquisa específica, os entrevistados que apresentavam tempo de moradia com menos de 5 (cinco) anos, foi de 40% e, entre 5 (cinco) anos e 10 (dez) anos, representaram outros 20%, um dado que evidencia que a população, no local, é dinâmica, apresentando um possível grau elevado de rotatividade populacional, com motivações que carecem de um estudo direcionado para o tema.

Doutro ângulo, a pergunta acerca de quão seguro se sente em relação a criminalidade da região Meia Ponte, os números negativos, incluindo pouco seguro (40%), inseguro (36%) e absolutamente inseguro (8%), contabilizam uma sensação de insegurança geral, no patamar de 84%, um número consideravelmente expressivo, que apontam para a necessidade de uma intervenção breve das forças de segurança pública no local.

Já noutro giro, foi questionado aos entrevistados acerca da crença de que pessoas com problemas educacionais e àquelas que apresentam vulnerabilidade socioeconômica estão mais propícias a se envolverem com a criminalidade, os dados obtidos demonstram que população acredita que sim (80%), na qual o restante apontou para um talvez (12%), ou seja, não houve respostas que desassociassem a tendência à criminalidade, da educação e dos fatores econômicos e sociais. No mesmo sentido, só que agora esses fatores relacionados às pessoas mais dispostas ao medo do crime, 72% afirmaram que há relação, outros 24% afirmaram que eram indiferentes, sobrando um restante de 4% que afirmaram não haver essa relação. Assim, é relevante expor que, na visão desse grupo social, os fatores socioeconômicos e o acesso à educação influenciam, diretamente, na sensação de segurança.

É evidente que, na questão da sensação de medo da criminalidade, a pesquisa apontou que esse temor é ainda mais presente na população feminina, representando, assim, para os entrevistados, um valor de 88%, que afirmam que essa população sente mais medo. Isso também está demonstrado com os dados seguintes, sobre os riscos de a população masculina e feminina reagirem a uma abordagem criminosa, com luta corporal. Na percepção, os homens reagiriam representou a totalidade dos números, sendo “média” para 40%, “alta” para 52% e extremamente alta para 8%, contra, já no público feminino, de “extremamente baixa” representando 56% e “baixa” em 36%.

Por fim, com intuito de percepção acerca de quais mecanismos poderiam ser os mais efetivos a contribuírem com a redução do medo do crime no setor do Balneário, as respostas,

em sua maioria, aclamam pela presença da polícia, sendo que 52% da população destaca que a solução estaria no aumento de viaturas fazendo patrulhamento na região, outros 24% indicam para a presença de policiais na rua em horários de pouca movimentação, 20% afirma que seriam investimentos em educação para as populações mais vulneráveis e 4% indica que bastaria a implementação de câmeras de segurança. Deste modo, o que os entrevistados destacaram, na grande massa, é, de fato, a necessidade de inclusão dessa população nos programas voltados à relação polícia-comunidade.

Portanto, após o estudo realizado, entende-se que é benéfica a aproximação entre a polícia e a comunidade residente no setor do Balneário Meia-Ponte, em Goiânia-GO, com o intuito basilar de redução da noção de insegurança e medo existente no local, que abarca, além da vitimização, uma acentuada vulnerabilidade socioeconômica, recaindo em impactos de proporções gigantescas. Sabe-se, pois, que essa sensação vai muito além da proteção individual a um cidadão, visto que é exatamente essa noção que fortalece a percepção de satisfação com a ideia de existência do próprio Estado.

É essa, por fim, uma das finalidades das instituições ao fornecerem seus serviços à população, sendo, tal garantia, assim, a base de permanência estatal intacta, cujas respostas devem ser apresentadas em tempo célere e, consequentemente, efetivas. É saber, é claro, que existe uma garantia ao cidadão de uma segurança pública justa, a qual recai o dever ao Estado, por ordem constitucional, porém, que ela disposição de serviços sejam justas e equânimes, nas mais diversas áreas da capital goiana, tornando o povo, ainda mais crente de o Estado não somente fornece a segurança, mas sim, contribui, efetivamente, para a sensação de proteção.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. A. F.; JARDIM, S. C. OLIVEIRA, P. R.; TEIXEIRA, E. C. **Violência Policial no Brasil Fatores socioeconômicos associados à probabilidade de vitimização**. v. 16 n. 3 (2022): Revista Brasileira de Segurança Pública 31. 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1421> Acesso em: 26 Ago 2023.

BICHIR, R., SIMONI, S., JR., & PEREIRA, G. **Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 35(102), e3510207. (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510207/2020> Acesso em: 04 Out 2023

BOCA. Boletim de Conjuntura. Ano V| Volume 14| Nº41| Boa Vista | 2023 Disponível em: <http://www.ioles.com.br/bocaISSN:2675-1488https://doi.org/10.5281/zenodo.7903472> Acesso em: 04 Out 2023.

BRASIL. Justiça Federal. Artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Jusbrasil. 1998. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10673132/artigo-144-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 04 Out 2023

CALAÇA, M. **O Medo da Polícia**. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cotidiano/2017/12/o-medo-da-policia> . Acesso em 04 Out. 2023.

CALDEIRA, T. P. Do. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000. 400 páginas.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, 2020.

GOUSSINSKY, E. **Em ranking mundial de homicídios, Brasil ocupa 13º lugar**. Instituto Igarapé, Cidades Seguras, Mídia Brasil, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13o-lugar/>. Acesso em: 29 Set. 2023.

HOLLANDA, C. B. **Polícia e Direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola**. Revan. Rio de Janeiro. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2020.

MANGINI, F. N. R.; NUNES, I. S. **“Suicídio e sofrimento social no capitalismo: desemprego e expressões da questão social”**. Barbarói, n. 58, 2021.

MENDES, D.; COSTA, L. D. Da. **O sentimento de insegurança e medo do crime no bairro jardim planalto em Cristalina - Goiás**. 2018. Disponível em: <<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/896>>. Acesso em: 01 Nov 2023.

PAULA, N. M.; PEREIRA, W.; GIORDANI, R. C. F. **“A COVID-19 em meio a uma ‘tempestade perfeita’ no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil”**. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 28, n. 3, 2023

REICH, E. **“Sofrimento Social e Teoria Crítica do Precariado”**. DoisPontos, vol. 19, n. 1, 2022.

SÁLVIA, D. B. **Segurança pública e pesquisa de vitimização**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188212> Acesso em: 26 Ago 2023

SANTOS, P. H. P. dos. **INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS MINEIROS**. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni. 2020. Disponível em: acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2910/1/pedro_henrique_pereira_santos.pdf Acesso em: 03 Nov 2023

SANTOS, L. M. de. S.; MOURA, K. H. de. L. **Vitimização do Crime e Sentimento de Insegurança: Evidências para o Brasil**. Vol. 12 Nº 3 (2021): Análise Econômica da Revisão Jurídica. 2022. Pernambuco - Brasil. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/12844> Acesso em: 26 Ago 2023

SILVA, W. D. P.; COSTA, R. J. da. **Entre a necessidade e o medo: o ambíguo sentimento da população sobre a atuação da polícia militar em Anápolis - Go**. 2019. Disponível em: <<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/2343>>. Acesso em: 04 Out. 2023.

SOUSA, M. M. M.; SILVA, N. C. **Análise das ocorrências de violência sexual contra mulheres atendidas em um serviço de referência**. *Analysis of cases of sexual violence against women seen in a reference service*. Rev Fac Ciênc Méd Sorocaba. 2018;20(4):195-9. DOI: 10.23925/1984-4840.2018v20i4a3

TOMÉ, S. F.; LOURENÇO, C. L.; TORRES, M. T. S. **A MÍDIA NA ANÁLISE DOS DELITOS PASSIONAIS: O MERCADO DO MEDO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**. Direito & Desenvolvimento da Unicatólica. v. 3, n. 1 (2020) Disponível em: publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/red/article/view/4087 Acesso em: 03 Nov 2023

TRINDADE, A.; DURANTE, M. **Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda**. Dilemas - Revista de

Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 12, núm. 2, pp. 239-265, 2019. Universidade Federal do Rio de Janeiro Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5638/563860269003/html/> Acesso em: 26 Ago 2023

VILLAÇA, C. C. Sofrimento social no trabalho da atenção primária à saúde: a experiência dos Agentes Comunitários de Saúde em tempos de pandemia por COVID-19 (Dissertação do Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021.

VERGILIO, S. S. Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro: intersecções entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.